

A DICOTOMIA ENTRE CURRÍCULO E ÁREA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: HISTÓRICO

ÉRICO LOPES ANÇA¹; Dr^a. CRISTHIANNY BENTO BARREIRO²

¹IFSul-PELOTAS – *ericoanca@gmail.com*

²IFSul-PELOTAS – *crisbbarreiro@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma investigação por entre a história da educação no Brasil, em busca de fulcros, marcas, cicatrizes, que possam estar atuando na contemporaneidade. O interesse volta-se, mais especificamente, a historizar a organização e estruturação do que hoje etiqueta-se como “Ensino Fundamental”, problematizando, desde logo, uma dicotomia presente nesse todo, que induz a viver e a pensar em algo não conexo entre as séries iniciais e as séries finais, descontinuidade, ruptura brusca, falta de afinidade, distanciamento, que possam estar embaraçando a caminhada escolar de muitos jovens.

Iniciou com a constatação de alto índice de reprovação nos sextos anos (antigas quintas séries) em escolas públicas do município de Pelotas e a busca da compreensão desse fenômeno. A partir daí, o caminho histórico tem sido trilhado, retrospectivamente, na busca de pistas que possam potencializar reflexões acerca das práticas educacionais contemporâneas, mais especificamente as que contribuam para pensar a dicotomia existente entre as séries iniciais e as séries finais do Ensino Fundamental. Este trabalho provoca, então, a pensar a história da organização e estruturação da educação no Brasil a partir de uma problemática atual, como um exame denso e com um olhar pouco condicionado.

O objetivo inicial era compreender mesmo os elementos que contribuíam para gerar alto índice de reprovação nos sextos anos (antigas quintas séries) em escolas públicas do município de Pelotas. Mas constatou-se que o problema não é exatamente os sextos anos e sim a falta de conexão existente entre séries iniciais e séries finais, currículo e área, no Ensino Fundamental brasileiro.

Dirige-se então a investigação para compreensão do que possa estar provocando essa dicotomia, esse distanciamento e, por conseguinte, as consequências desse distanciamento para os educandos. Assim, levanta-se perguntas como: Há realmente alto índice de reprovação nos sextos anos? O que há produzido, historicamente, essa realidade? Pode ela ser vista, simplesmente, como “alto índice de reprovação nos sextos anos” ou deve ser colocada dentro de uma problemática maior? Como se constituem histórica e culturalmente essas práticas pedagógicas que induzem à reprovação na passagem das séries iniciais para as séries finais? Essa reprovação, elevada e persistente, tem consequências entre os jovens educandos? Quais? A um nível educacional e social mais amplo, como articulam-se essas constatações? Implicam em evasão e exclusão escolar? Pouca ou acentuada?

Para uma percepção densa da realidade histórica educacional brasileira, principalmente no que concerne a elementos que possam ter contribuído para a problemática aqui especificada, tem sido fundamentais bibliografias como ROMANELLI (2012), SOUZA (2008), DIAS-DA-SILVA (1997), RIBEIRO (1979), dentre outras. Para concepções históricas mais gerais tem contribuído muito o escrito de HOBBSAWN (1995, 1998, 2001a, 2001b).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem de pesquisa qualitativa, de acordo com os pressupostos de (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Em um primeiro momento, fez-se uma pesquisa documental, por entre a história da educação brasileira, percorrendo as Legislações que compuseram o corpo educacional no Brasil, desde o Período Colonial, passando pelo Período Imperial, trilhando os diversos momentos de nossa recente República, chegando aos dias atuais. Foi investigada farta documentação que há marcado a História da Educação, como as Constituições – desde a Constituição do Império em 1824, passando por todas as outras constituições, até chegar ao momento presente –, as LDBs e outra gama de Leis e Regulamentações que possibilitam pensar na forma como vão se constituindo processos educacionais neste país.

Aqui volto a me referir à ROMANELLI (2012), SOUZA (2008) e RIBEIRO (1979), que permitiram-me cercar de compreensão os dados encontrados, tornando possível contextualizá-los e potencializando um diálogo que vai desnaturalizando compreensões solidificadas acerca dos processos educacionais no Brasil, principalmente os que possam ter relação com a problemática proposta, qual seja, uma possível barreira que aparta as séries iniciais das séries finais no Ensino Fundamental.

Há sido feito uma revisão bibliográfica e um “Estado da Arte”, o que possibilitou o mapeamento rigoroso, não só das obras já consolidadas – citadas acima –, mas também das abordagens encontradas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, entre outras que estas conduziram. Entre teses, dissertações e artigos, foram 14 trabalhos analisados e fichados detalhadamente, com a preocupação central em perceber suas contribuições para pensar a problemática aqui sugerida.

Está sendo efetuado, ainda, um levantamento de dados quantitativos, suficientes, desde já, para demonstrar um alto índice de reprovação em sextos anos, em escolas públicas municipais e estaduais de Pelotas.

Possivelmente uma pesquisa etnográfica será realizada, conforme os preceitos de ANDRÉ (2008), vislumbrando o acompanhamento de turmas de sextos anos, no intuito de conseguir perceber o que ocorre internamente a essas práticas, como reagem os variados sujeitos envolvidos nas vivências escolares aqui estudadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns resultados a que me há remetido esse estudo até o presente momento implicam em uma série de reflexões e análises necessariamente iniciantes, mas potencialmente novas, sobre as condições históricas que conduziram a essa muralha, que hoje aparta séries iniciais e séries finais. Além da constatação do alto índice de reprovação nos sextos anos, e outras reprovações muitas vezes porvir, culminando não obstante no abandono da escola, entende-se que o olhar histórico é fundamental para elucidar circunstâncias que possibilitaram a constituição dessa realidade.

Os diversos trabalhos que, de alguma maneira, dão conta desta problemática, e que trazem contribuições pertinentes para compreensão, parecerem, por outro lado, retirar o fenômeno de sua história. Tem-se, ao longo desta investigação, observado que é justamente essa história que permite perceber aspectos relevantes que levaram a constituição destas práticas e há, então, a necessidade desse regate histórico para desnaturalizar essa muralha

que há apartado o currículo da área. Pensar retrospectivamente tem permitido perceber dimensões outras que conduziram e conduzem à exclusão escolar que presenciamos hoje.

4. CONCLUSÕES

Esta abordagem dá conta até então de material singular, mas restringe-se a esse material, visto que essas reflexões por aqui se iniciam. Ela não define e nem se propõe a fazê-lo, não pretende estabelecer algo estático sobre o que busca, já que procura perceber, a partir da riqueza da matéria viva investigada, a(s) direção(s) e o(s) sentidos(s) tomados pela educação, historicamente.

Não só a pesquisa e a reflexão são recentes como também os caminhos que se pretendem trilhar estão sendo constituídos. Diria, simplificada, que o caminho é em parte desconhecido, mas pouco a pouco se descobre as sinalizações, que podem sim conduzir a trilhas arriscadas e que levem a lugares não comuns. Quem sabe não são esses riscos e lugares não comuns, como diria Sequeira (2013), potentes?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- DIAS-DA-SILVA, M.H.G.F. **Passagem sem rito: as 5ª séries e seus professores**. São Paulo: Papirus, 1997.
- HOBSBAWN, **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 2ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 37ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SEQUEIRA, Rosane Preciosa. **Pensar o texto acadêmico como Produção de Subjetividade: anotações preliminares**. 2013. (mimeo)
- SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

Constituição Histórica da organização da educação elementar, curricular, primária e da educação secundária, séries finais e média no Brasil.

ELEMENTAR, CURRICULAR E PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO, SÉRIES FINAIS E ENSINO MÉDIO
<p>Lei de 6 de fevereiro de 2006, estabelece que a partir de 2010, passará o ensino fundamental a ter nove anos. Corresponderão os cinco primeiros às séries iniciais, unidocentes.</p> <p style="text-align: right;">2006</p>	<p>Nas quatro séries finais do ensino fundamental que, a contar de 2010, deverá ter nove anos, haverá pluridocência.</p> <p>2006 A LDB de 1996 cria o ensino médio, colocando-o, preferencialmente, sob responsabilidade dos estados.</p>
<p>A LDB de 1996 cria o ensino fundamental (antigo 1º Grau) e o coloca, preferencialmente, sob responsabilidade dos municípios.</p> <p style="text-align: right;">1996</p>	<p>1996 A LDB de 1971 cria o Ensino de 1º Grau, unificando as quatro séries do primário com as quatro séries do ginásio. Estabelecerá noveis variados de formação de professores para docência nas séries iniciais e séries finais.</p>
<p>A LDB de 1971 cria o Ensino de 1º Grau, unificando as quatro séries do primário com as quatro séries do ginásio. Estabelecerá noveis variados de formação de professores para docência nas séries iniciais e séries finais.</p> <p style="text-align: right;">1971</p>	<p>1971 A LDB de 1961 define que o ensino médio seria ministrado em dois ciclos, o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos de duração. Fica também definida a pluridocência. O ingresso no grau médio se dará mediante a aprovação em exame de admissão.</p>
<p>A LDB de 1961 define que o ensino primário seria ministrado em quatro séries e sua obrigatoriedade a partir dos sete anos. Fica definida a unidocência.</p> <p style="text-align: right;">1961</p>	<p>1961 Reformas de 1925 e 1931, as Reformas Capanema e os Decretos de 1946, reforçarão caráter propedêutico do ensino secundário.</p>
<p>Constituição de 1934 torna o ensino primário obrigatório e gratuito.</p> <p style="text-align: right;">1930</p>	<p>Havia, até 1930, somente um ginásio público por capital, com exceção de MG e SP. Tanto as escolas públicas como as particulares eram pagas e caras e a seletividade era alta, fatores que favoreceram a manutenção da finalidade preparatória. Na maior parte dos estados o exame de admissão à 1ª série do curso ginásial era a exigência para ingresso no ensino médio.</p>
<p>Finalidade pedagógica e disciplinar do ensino primário. Nacionalismo e patriotismo são características marcantes. Não há articulação entre primário e secundário. Vistas a formação elementar do trabalhador.</p>	<p>Até boa parte do século XX, haverá disputa entre estudos literários – tradição dos colégios do Antigo Regime – e estudos científicos. Subsistem dois sistemas paralelos de organização do ensino secundário: estudos regulares – ginásios mantidos pelos governos estaduais; e estudos parcelados – particulares.</p>
<p>Funcionará na primeira metade do século um terceiro modelo de escola primária, as escolas reunidas, reunião de escolas isoladas em um mesmo prédio, com divisão do trabalho. Alternativa de baixo custo para disseminação da educação popular.</p>	<p>Medidas de reestruturação do ensino secundário – sistema seriado e frequência.</p>
<p>As escolas unitárias funcionam ainda durante as primeiras décadas deste século, tornando-se, aos poucos tipicamente rural. Ainda são predominantes, observadas as matrículas.</p> <p style="text-align: right;">Século XX</p>	<p>A preparação para os exames preparatórios continua a ser a tônica do ensino secundário.</p>
<p>Tendo como referência o que ocorria em alguns países europeus e nos EUA, é implementado o modelo de escola graduada ou grupos escolares: um edifício, várias salas, classificação por nível de adiantamento, divisão do trabalho docente, sistema seriado.</p> <p style="text-align: right;">1893</p>	<p>1889 Até o fim do Império, o ensino secundário funciona em forma de liceus provinciais, em número reduzido, funcionando com dificuldades, número reduzido de alunos, servindo como preparatórios para os exames de ingresso no ensino superior. Também havia aulas avulsas. Proliferam colégios particulares. Reforma empreendida no ensino secundário, em conformidade com experiências europeias, dividindo-o em dois cursos: estudos de 1ª classe – quatro anos de duração, estudos científicos com vistas aos que desejavam o bacharelado; 2ª classe – em sequência dos primeiros, com três anos de duração, destinado a formação de bacharéis, com predominância literária.</p>
<p>No final do Império não havia regularização quanto ao tempo de duração do ensino primário</p> <p>Introduzido o sistema de classes, agrupando alunos por grau de adiantamento aferido em exames.</p> <p>A precariedade permanece, os professores têm dúvidas para execução do método.</p> <p style="text-align: right;">1870</p>	<p>1854 Ato Adicional de 1834 – criou uma dualidade de sistemas, ficando o governo central responsável pela educação superior e as Províncias, pela educação primária e secundária. O ensino médio passa a se estruturar em função do preparo dos candidatos para o ensino superior.</p>
<p>O ensino primário fica relegado ao abandono, funcionando muito precariamente no modelo de escolas unitárias ou isoladas, ou seja, com um professor ministrando aulas para alunos de diferentes níveis de adiantamento.</p> <p>Faltavam todos os tipos de recursos, desde o prédio, até o mobiliário, material didático e salário para os professores.</p>	<p>1834 A presença da corte portuguesa na colônia fará organizar prioritariamente a educação superior, no intuito de atender as camadas dirigentes, cuja demanda crescerá com a presença dos amigos do príncipe regente.</p>
<p>Lei de 15 de outubro de 1827, determina criar escolas de primeiras letras nos núcleos urbanos mais populosos do Império.</p> <p style="text-align: right;">1827</p>	<p>1808 Educação Média e Superior voltada a detentores de terra e títulos nobiliárquicos e seus descendentes. A Educação Média era dada na colônia por padres, a Superior, em escolas europeias.</p>
<p>Decreto de 1º de março de 1823, institui o método Lancaster, voltado, principalmente à disciplina militar.</p> <p style="text-align: right;">1823</p>	<p>1549</p>
<p>Com os Jesuítas expulsos, Marquês de Pombal institui as aulas régias ou isoladas.</p> <p>Também funcionaram seminários e colégios de outras ordens religiosas, como franciscanos e carmelitas. Desorganização e decadência.</p> <p style="text-align: right;">1759</p>	
<p>Através da Companhia de Jesus, era dada educação elementar para índios e brancos, com exceção das mulheres.</p> <p style="text-align: right;">1549</p>	